Proc. TC-023.043/2015-6
Tomada de Contas Especial

PARECER

À vista dos elementos contidos nos autos, manifestamo-nos, em essência, de acordo com a proposta alvitrada pela unidade técnica à peça 32.

De fato, apesar de não existir liame direto entre os pagamentos realizados e os recursos transferidos pelo concedente, restou demonstrado que os valores apenas transitaram em outras contas vinculadas ao estado do Rio de Janeiro de forma a cumprir mandamento de centralização de recursos. Conforme ressalta a unidade técnica, é possível fazer o cotejamento entre todos os débitos na conta específica do convênio (transferências para as contas do estado do Rio de Janeiro) com os pagamentos realizados à construtora responsável pelas obras, o que mitiga a irregularidade e indica a existência de nexos entre os recursos federais e as despesas do ajuste. Aquiescemos também à conclusão de que a devolução dos saldos remanescentes na conta do convênio não dependia da atuação exclusiva do ex-secretário Astério Pereira dos Santos. Parece-nos adequada a sugestão de acolher suas alegações de defesa.

Por outro lado, no que se refere à proposta de abrir novo prazo para que o estado do Rio de Janeiro recolha o débito apurado, cremos necessário alguns ajustes.

Na prestação de contas encaminhada pelo conveniente (peça 1, fls. 138/194), a conciliação bancária e os extratos indicam que, em 31/12/2004, havia um saldo de R\$ 545.106,76 na conta específica do convênio, valor esse composto de recursos federais não utilizados e rendimentos financeiros.

Sobre tais valores, a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial do Ministério da Justiça, por meio da Nota Técnica n. 11/2008 (peça 5, fl. 7/8), assim se manifestou:

Dessa forma, sugiro, salvo melhor juízo, remessa de ofício aos interessados para que possamos concluir a instrução processual da TCE, bem como seja enviado o demonstrativo do débito existente nesse convênio, que se refere a R\$ 215.486,93 de saldo de rendimento não devolvido e R\$ 329.340,41 referente ao saldo de recurso do concedente não utilizado, para que, em havendo interesse em obstar o prosseguimento da TCE, o montante devido seja restituído.

Ao dar encaminhamento a tal proposta, a Coordenação-Geral do Fundo Penitenciário Nacional não fez menção ao saldo de recursos do convênio. Limitou-se a registrar a parcela referente ao saldo de rendimentos. Em consequência, a notificação encaminhada ao conveniente em 22/8/2008 para o recolhimento dos valores só mencionou o saldo de rendimentos financeiros (peça 5, fls. 12/13).

Poucos dias depois de receber essa notificação, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro enviou à concedente cópia da Guia de Recolhimento da União (peça 5, fl. 38), demonstrando a devolução do saldo de rendimentos financeiros – R\$ 262.324,07, em 29/9/2008 (o órgão concedente e a unidade técnica registraram por engano que o valor recolhido foi de R\$ 215.486,93).

Ao que tudo indica, se as notificações também tivessem mencionado o montante residual do ajuste (não só o saldo de rendimentos financeiros), o conveniente teria realizado a devolução do valor total existente na conta do convênio.

Não há nos autos os extratos bancários dos meses que se seguiram à prestação de contas. Somente com eles, poder-se-ia confirmar que de fato não houve movimentação posterior na conta. No entanto, parece-nos verossímil a afirmação da Procuradoria do estado do Rio de Janeiro de que a conta permaneceu sem qualquer movimentação nesse período.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

Esse órgão reconhece que há saldo na conta do convênio a ser devolvido e demonstra que, em 19/5/2016, o valor disponível era de R\$ 569.332,94 (peça 24, fl.31). Se utilizarmos o sistema débito para atualizar a dívida apurada para aquele dia (Débito de R\$ 545.106,76 em 31/12/2004 e Crédito de R\$ 262.324,07 em 29/9/2008), veremos que o saldo da conta não é suficiente para quitar a obrigação. O valor obtido para o débito em 19/5/2016 seria de R\$ 636.906,39. Se considerarmos que, daquela data até os dias de hoje, já se vão mais de dois anos, essa diferença deverá ser ainda maior quando da notificação ao conveniente.

Nos termos propostos pela unidade técnica, adotando-se como referência e por hipótese o dia 19/5/2016 como data de devolução, o estado do Rio de Janeiro teria que recolher o saldo da conta do convênio (R\$ 569.332,94) e mais R\$ 67.573,45 decorrentes de diferenças entre os índices de atualização monetária do sistema débito e a rentabilidade da aplicação financeira.

Não nos parece adequado impor esse ônus ao ente federado. O valor residual a ser recolhido possivelmente só existe porque houve uma falha na instrução processual por parte do órgão concedente. A nosso ver, a medida mais adequada para o caso concreto é, em caráter excepcional, limitar a devolução dos valores ao saldo atual da conta-corrente do convênio, exigindo-se o valor indicado pelos representantes do Estado (R\$ 569.332,94) em 19/5/2016 somado a eventuais rendimentos financeiros obtidos a partir daquela data.

Nesse sentido, em homenagem à ampla defesa, ao contraditório e à lealdade processual, manifestamo-nos em essência de acordo com a proposta da unidade técnica à peça 32, ajustando-se o teor do item 96.6 para os seguintes termos:

96.6 fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, para que o estado do Rio de Janeiro (CNPJ 42.498.600/0001-71) efetue, e comprove perante este Tribunal, o recolhimento do valor residual na conta-corrente específica do Convênio 106/2009, consistente no saldo registrado em 19/5/2016 (R\$ 569.332,94) acrescido dos rendimentos financeiros obtidos após essa data.

Caso não se entenda adequado tal ajuste, sugerimos a correção na composição do débito indicado no item 96.6 da proposta para os seguintes termos:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
545.106,76 (D)	31/12/2004
262.324,07 (C)	29/9/2008

Ministério Público, em 5 de dezembro de 2018.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador